

RECENSÕES

T. F. EARLE; K. J. P. LOWE (eds),
BLACK AFRICANS IN RENAISSANCE EUROPE,
CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, CAMBRIDGE, 2005.

Carlos Almeida

Pág. 331 a 338

Os estudos sobre a história do Atlântico têm conhecido, nos últimos anos, um novo e frutuoso desenvolvimento, com a multiplicação de investigações em torno do que convencionou designar-se por diáspora africana. Em resultado do tráfico atlântico de escravos, milhões de africanos foram arrancados à sua vida e transportados, em massa, para outros continentes, designadamente para as Américas. Depois de uma penosa e mortífera travessia oceânica, foram desembarcados nos portos em diferentes pontos da costa americana, e enviados para o trabalho nas plantações ou nas minas. Nessas novas condições, reconstruíram identidades e memórias, elaboraram novas relações sociais, entre si e com os seus senhores europeus, ajustando-se à nova realidade. Seja a partir de um ponto de vista da história de África, seja a partir da perspectiva da história da colonização das Américas, investigadores de diferentes formações académicas têm chamado a atenção para o modo como, no contexto da colonização das Américas, os africanos foram capazes, em larga medida, de reconstruir as suas cosmologias e, em alguns casos, de contribuir decisivamente, com a sua marca, para forjar novas identidades, agregando elementos culturais de diferentes proveniências¹.

Em comum, estas investigações têm o facto de encontrarem a sua motivação contemporânea no contexto das sociedades americanas fortemente atravessadas pela problemática da construção e negociação de identidades e sobre o papel e função das memórias nesse processo. Talvez por essa

¹ Veja-se em Linda Heywood (ed.), *Central Africans and Cultural Transformations in the American Diaspora*, Cambridge University Press, Cambridge, 2001, um bom exemplo de perspectivas abertas no contexto desta linha de investigação.

razão – que está longe ainda assim de explicar inteiramente a questão – estes estudos têm subestimado, ou deixado mesmo na penumbra, uma dimensão essencial da chamada diáspora africana: a presença na Europa, pelos menos desde meados do século XV, de comunidades de africanos oriundos das regiões a sul do Saara ².

No terreno particular da história da Europa, a dimensão e o papel do trabalho escravo na economia rural e urbana, e o dinamismo social de comunidades constituídas por escravos africanos e por um número crescente dos seus descendentes que, por múltiplas formas, adquiriam a alforria, têm sido, também, temas pouco trabalhados. Às dificuldades próprias colocadas pelas fontes documentais susceptíveis de fornecerem respostas a uma tal investigação, somam-se circunstâncias de natureza política e social que, em conjunto, contribuem para um persistente carácter parcelar dos estudos em torno da presença de africanos nas cidades, vilas e campos da Europa. Os estudos publicados em diversos países europeus, sobre esta problemática deixam perceber ser este um campo fértil e com profundas relações com alguns dos mais candentes problemas da nossa contemporaneidade³.

O livro *Black Africans in Renaissance Europe* pode situar-se no cruzamento destas duas perspectivas: o estudo do pólo europeu da diáspora africana – até aqui demasiado centrada no eixo afro-americano – e a reconstrução da presença historicamente continuada, na Europa, de comunidades africanas. Reúnem-se aqui os trabalhos apresentados numa Conferência realizada em 2001, em Oxford, no St. Peter's College, por investigadores, na sua maioria, europeus, de diferentes áreas de trabalho,

2 O termo “africano” reserva-se neste texto para designar as populações oriundas da metade subsaariana do continente.

3 Ainda que sem uma pretensão exaustiva, refiram-se os trabalhos de: William B. Cohen, *The French Encounter with Africans. White Response to Blacks. 1530-1880*, Indiana University Press, Bloomington 1980; Allison Blakely, *Blacks in the Dutch World. The Evolution of Racial Imagery in a Modern Society*, Indiana University Press, Bloomington, 1993; Kim F. Hall, *Things of Darkness: Economies of Race and Gender in Early Modern England*, Cornell University Press, Londres, 1995. Para o caso português refira-se: A. C. de C. M. Saunders, *História social dos escravos e libertos negros em Portugal (1441-1555)*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1982; José Ramos Tinhorão, *Os Negros em Portugal. Uma presença silenciosa*, Editorial Caminho, Lisboa, 1988; Ana Maria Rodrigues (coord.), *Os Negros em Portugal – sécs. XV a XIX*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1999.

desde historiadores, a maioria, a antropólogos e especialistas em literatura. Dentro de um leque cronológico que se estende, desde meados do século XV (1440), por todo o século XVI, os estudos aqui reunidos elegem, preferencialmente, contextos geográficos localizados no sul da Europa – Portugal, Espanha e Itália – com incursões episódicas até França, Inglaterra e Alemanha. De um ponto de vista temático, a maior parte situa-se no terreno do que pode designar-se por história social, com aproximações à história cultural e das mentalidades, aos estudos literários, à história de arte. Essa diversidade constitui, aliás, uma das principais riquezas desta obra, sugerindo diversos cruzamentos e contrastes sobre o modo como em diferentes paragens, e em circunstâncias históricas diversas, foi vivida e pensada a presença dos africanos na Europa e, por sua vez, a diversidade de comportamentos e dispositivos de resposta às novas realidades desenvolvidos por essas comunidades. O confronto entre tais processos no norte da Europa e no sul mediterrânico sai, todavia, prejudicado pela desigual representatividade geográfica dos estudos aqui reunidos.

Esta obra desenvolve-se em quatro partes, a saber, “Conceptualising black africans”, “Real and symbolic black africans at court”, “The practicalities of enslavement and emancipation” e “Black africans with european identities and profiles”. Na primeira parte reúnem-se os estudos de Kate Lowe, Jean Michel Massing, Jeremy Lawrance, Anu Korhonen e Jorge Fonseca. Na sua maioria, estes autores convergem na tese sobre a existência de uma grande similitude no modo como as diferentes sociedades europeias analisadas construíram o estereótipo do africano e como o utilizaram, de forma analítica, para excluir os africanos da vida social e cultural da Europa. No seu estudo introdutório ao tema, Kate Lowe sugere, aliás, que tal similitude pode estar relacionada com o facto de a chegada à Europa de um número considerável de escravos africanos coincidir, na mesma época, com o processo de auto-definição de uma identidade branca e europeia centrada em torno da noção de civilização⁴. Esse estereótipo organiza-se em três planos, a aparência e expressão física, a cor da pele, e os papéis sociais. Tanto no que se refere ao primeiro, como

⁴ Embora a autora nunca o cite, esta tese parece evocar o pensamento de Norbert Elias, expresso, em particular, em Norbert Elias, *O Processo Civilizacional. Investigações sociogenéticas e psicogenéticas*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1989.

ao segundo plano, a generalidade destes autores destaca a centralidade da categorização estética e visual que opõe o branco e o negro como sinónimos, respectivamente, de belo e de feio, de bom e de mau. Na verdade, tanto no que se refere ao negro da cor da pele, como ao seu continente de origem, África (Massing) e o africano (Korhonen) apresentam-se como lugares de inquietação e mistério, que é necessário explicar e aos quais se atribuem significados. Neste contexto, Anu Korhonen realça, a propósito do caso inglês, que os mesmos preconceitos que subjazem à noção de raça foram pensados e tornaram-se socialmente activos antes mesmo da formação da ideia de racismo, ocorrida séculos mais tarde. Por outro lado, estes autores concordam em que, para além da cor da pele, tanto a associação do negro à condição de escravo como o conjunto de ofícios assumidos pelos libertos concorrem para consolidar o estigma de inferioridade associado ao africano. Os estereótipos assim produzidos são, por outra parte, coerentes com as imagens e representações europeias sobre África reflectidas nas relações de viagens, ainda que nenhum dos estudos em presença elabore, extensivamente, sobre esse particular.

Na segunda parte desta obra, Paul H. D. Kaplan, Annemarie Jordan e Lorenz Sellig analisam o papel real e a função simbólica dos escravos na vida de corte. A importância crescente dos escravos africanos ao serviço das casas nobres europeias reflecte-se na gradual emergência de figuras de negros na representação artística. Tanto no caso da obra do pintor Andrea de Mantegna, designadamente na sua representação de Judite de Betulia encomendada por Isabella d'Este, Marquesa de Mântua (Kaplan), como no retrato de Juana de Áustria, futura mãe de D. Sebastião, executado por Cristóvão de Morais (Jordan), as figuras negras surgem para sublinhar, por contraste, a formosura física e a distinção social dos personagens centrais em ambas as composições, evocando a conotação estética do negro atrás realçada. No caso português, este é mesmo o primeiro caso, nos retratos de corte, onde a figura de um escravo negro é justaposta a um modelo aristocrático. Mas, para além deste significado cromático, os escravos cumprem uma outra função. Tanto a generalização do seu trabalho ao serviço de casas nobres, quanto a representação pictórica de africanos segundo o modelo ora enunciado, realizam um programa de exaltação da monarquia imperial que dessa forma se afirma,

projectando o seu poder para lá das fronteiras do conhecido, até aos lugares do exótico, que África sumamente identifica. Neste sentido, verifica-se que os escravos africanos tendem a substituir, nessa função, os naturais de outras paragens, ou os membros de outros grupos minoritários. A este propósito, Kaplan faz notar que, durante todo o século XVI, desde aquela primeira obra de Mantegna, datada de 1491/1492, a representação da criada de Judite de Betulia como uma mulher negra torna-se dominante, ainda que não exclusiva.

Com a terceira parte da obra, passa-se do terreno das representações e das imagens construídas na Europa sobre o negro africano, para o campo das práticas sociais e, gradualmente, também, para o modo como os próprios africanos se ajustam às novas realidades. Os estudos de Sergio Tognetti, Debra Blumenthal, Aurelia Martin Casares, Didier Lahon e Nelson Minnich abordam as práticas sociais relacionadas com a escravatura e a emancipação em diferentes pontos de Itália e Espanha, e em Portugal. No centro das suas atenções estão os sistemas legais e o conjunto de práticas sociais que enquadraram a chegada dos escravos negros à Europa e o modo como estes africanos se ajustaram às novas condições, reconstruindo, nesse contexto, identidades e redes de sociabilidade⁵. A primeira nota que resulta dos diferentes estudos é, justamente, a diversidade de experiências, desde as ideologias de assimilação a um discurso mais preocupado com o estabelecimento de mecanismos de hierarquização social. Essa variabilidade é, em primeiro lugar, geográfica – as diferenças entre o norte e centro de Itália face ao sul são, a esse propósito, paradigmáticas – mas também cronológica, valendo de exemplo, aqui, o caso português. Nestes estudos, é patente a substituição gradual, ao longo do período em consideração, do tráfico mediterrânico, pelo tráfico atlântico, com o conseqüente deslocamento do contingente étnico, da Europa Oriental e Norte de África, para a metade subsaariana do continente. Neste particular, resulta claro que os escravos africanos chegam à Europa numa situação de maior vulnerabilidade face às novas condições sociais, mas dão mostras, ao mesmo tempo, de uma

5 A título de comparação, para o caso americano veja-se, neste âmbito, a obra de James H. Sweet, *Recreating Africa. Culture, Kinship, and Religion in the African-Portuguese World (1441-1770)*, The University of North Carolina Press, Chapel Hill and London, 2003.

assinalável capacidade de adaptação. As Irmandades são, neste contexto, estruturas fundamentais de integração e socialização, mas ao mesmo tempo, também, de sedimentação de laços de solidariedade e de novas identidades em busca de espaço num contexto social profundamente hierarquizado. Não por acaso, três destes estudos (Blumenthal, Lahun e Minnich) dedicam boa parte da sua atenção à actividade das Irmandades em Valência, Lisboa e Nápoles. A adesão dos africanos, escravos e libertos, a estas estruturas testemunha, do mesmo passo, tanto o processo de assimilação religiosa destas comunidades, como a plasticidade dos seus sistemas de crenças e a capacidade para manipular novas práticas rituais, como o baptismo ou o casamento, em benefício dos seus próprios interesses e visões do mundo. Na linha de indicações deixadas nos capítulos precedentes, os estudos aqui reunidos sublinham a persistência do estigma da escravização, para lá mesmo da emancipação, e que se traduz no padrão típico dos seus ofícios e ocupações, onde predominam o trabalho físico e mais ou menos indiferenciado.

A quarta e última parte desta obra dedica-se, precisamente, à reconstrução do percurso de vida daqueles que escaparam ao estigma de cor da pele e da escravização e que alcançaram, por isso, um estatuto social relevante. O trabalhos de John Brackett, Baltasar Fra-Molinero e T. F. Earle debruçam-se, respectivamente, sobre os percursos de vida de Alessando de'Medici, duque de Florença entre 1529-1537, de Juan Latino, poeta que viveu em Granada (1518?-c.1594), e de Afonso Álvares, dramaturgo, contemporâneo de Gil Vicente, em Lisboa. A notoriedade social alcançada por estas três personagens, em diferentes contextos históricos demonstra, pela sua excepcionalidade, a importância da cor da pele como marcador social, mas revela, ao mesmo tempo, que para além desse, existiam outros atributos de diferenciação social e que, nesse particular, alguns africanos podiam lograr um estatuto social reconhecido. A este propósito, os casos de Juan Latino e de Afonso Álvares põem a claro as tensões que marcavam o relacionamento da sociedade cristã, europeia e branca, com outros grupos minoritários como sejam os mouros ou judeus, e que sobrelevavam aquelas que recaíam sobre os negros. Em Latino, como em Álvares, para além das especificidades próprias de cada percurso, a sua condição de negros cristãos, é erigi-

da como instrumento de propaganda ao serviço da assimilação dessas outras minorias que enfrentavam, então, processos mais ou menos coercivos de conversão ao cristianismo. Ainda assim, os ataques de que foram alvo revelam a incongruência de um tal projecto e as resistências que enfrentava.

A obra suscita importantes questões em relação ao estado da investigação produzida nesta área em Portugal. No total, são quatro os estudos que se debruçam sobre personagens ou contextos históricos do Portugal renascentista. Enunciada, por vezes, sem a competente fundamentação teórica e documental, a ideia de uma excepcionalidade portuguesa nas imagens e nas práticas sociais em relação aos africanos encontra no estudo de Lahon uma abordagem sugestiva, longe de visões teleológicas e apriorísticas ainda frequentes, e que apela a um aprofundamento dos estudos em múltiplas direcções. Uma delas, aliás generalizável para além de Portugal, diz respeito ao cruzamento das representações e práticas sociais relativas ao relacionamento com os africanos na Europa, com as imagens produzidas nos espaços africanos e americanos, em particular, nas relações de viagens e que documentam o encontro do homem europeu com outros povos e diferentes culturas.

O livro encerra, além do mais, uma penetrante actualidade, em vista dos debates contemporâneos sobre as problemáticas da multiculturalidade. Da sua leitura fica claro que, longe de ser um fenómeno recente, a diversidade cultural das sociedades europeias é um dado persistente da sua história, e que a circunstância que enquadra a acção dos indivíduos nem sempre permite o descentramento necessário para relativizar a dimensão dos factos coevos. É muito curioso verificar, por exemplo, como os dados de várias investigações sugerem, a propósito da dimensão e influência na Europa de comunidades imigrantes, a existência, em vários momentos, de um desfasamento entre a realidade vivida e a realidade percebida, sendo que esta última tende, em regra, a hiperbolizar a dimensão daquela. Ao mesmo tempo, não deixa de ser inquietante constatar, a propósito das representações europeias sobre os africanos, a constância histórica de um esteriótipo que enuncia para

ele um estatuto de inferioridade e que se constrói sobre uma combinação de elementos com genealogias diversas, mas que concorrem embora naquele mesmo sentido. Uma questão a exigir redobrados esforços críticos, e novas investigações.

Lisboa, Julho de 2006